Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante "Cedro" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante "Santo Antônio") - indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, e Cedro Gestão de Ativos S/A (doravante "Cedro Gestão"), empresa que tem por objeto a atividade imobiliária, locação e arrendamento imobiliário, compra e venda de imóveis.

Reestruturação societária

Em 31 de março de 2014, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte (doravante "Cedronorte"), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação resultará em redução de custos operacionais, administrativos e financeiros das mesmas. Com o resultado desta incorporação a Cedronorte foi extinta e Cedro tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Cedronorte foi avaliado em 28 de fevereiro de 2014, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 57.134, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada.

2 Bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o "custo atribuído" de edificações e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentadas abaixo:

		% partic	cipação
Razão social	País sede	Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44%	99,99%
Cedro Gestão de Ativos S/A	Brasil	99,93%	99,99%

Conforme mencionado na nota 1, até o mês de março de 2014 a Companhia possuía, também, como controlada a Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte com o percentual de participação de 100%, sendo a mesma incorporada a partir desta data.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.7 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a controladora, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. São mensurados pelo

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantido para negociação.

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.7.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como "Outros passivos financeiros".

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usandose o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 26). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 16.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.13 Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS - Nota 10), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.18 Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.20 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

(i) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015.

• Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos: contribuições dos empregados...

A aplicação dessas alterações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2010-2012 e ciclo de IFRSs 2011-2013

As alterações às IFRSs trazem melhorias relacionadas a divulgações e registros relativos aos ciclos de IFRSs apresentados.

A aplicação dessas alterações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

- a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
- b) IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes;
- c) Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto;
- d) Modificações às IAS 1/CPC 26 (R1) Iniciativa de Divulgação;
- e) Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- f) Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas;
- g) Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18 Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- h) Modificações à IFRS 10 / CPC 36 / IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18 Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação;
- i) Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014.

A Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não tenha um efeito relevante sobre suas demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações contábeis da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 10 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 19, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria "possível". Caso essa avaliação seja alterada para "provável", esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora apresentar capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

		Controladora	Consolidado		
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)		
	2015	2014	2015	2014	
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(3.608)	(8.312)	(4.248)	(8.312)	
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(205)	-	(301)	(27)	
Depósitos em dólar (US\$ mil)	144	1.021	349	1.457	
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	898	2.201	2.549	3.120	
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(2.771)	(5.090)	(1.651)	(3.762)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 4,08 em 2016, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus de 05de fevereiro de 2016. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 3,9048.

				Controladora
	'-			2015
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(14.089)	(14.721)	(18.401)	(22.082)
Fornecedor mercado externo	(800)	(836)	(1.045)	(1.254)
Contas a receber em moeda estrangeira	3.507	3.664	4.580	5.496
Depósitos em dólar	561	588	735	882
Exposição ativa (passiva) líquida	(10.821)	(11.305)	(14.131)	(16.958)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)		(484)	(3.310)	(6.137)

				Consolidado
				2015
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(16.587)	(17.332)	(21.665)	(25.998)
Fornecedores mercado externo	(1.175)	(1.228)	(1.535)	(1.842)
Contas a receber em moeda estrangeira	9.953	10.400	13.000	15.600
Depósitos em dólar	1.362	1.424	1.780	2.136
Exposição ativa (passiva) líquida	(6.447)	(6.736)	(8.420)	(10.104)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)		(289)	(1.973)	(3.657)

(e) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2015, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 14,25%, a TJLP em 7% e o CDI em 14,14%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				2015
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Empréstimos</u>			25%	50%
Indexador:				
TJLP + 7,00%	(23)	(3)	(4)	(5)
100% CDI + 6,17% a 10,93%	(14.495)	(3.289)	(4.111)	(4.934)
129% a 143% CDI	(34.837)	(6.699)	(8.374)	(10.049)
100% Selic + 4,00% a 4,50%	(27.356)	(5.028)	(6.285)	(7.542)
100% CDI + 4,28% a 10,36%	(35.247)	(7.490)	(9.363)	(11.235)
100% CDI + 4,031%	(7.572)	(1.376)	(1.720)	(2.064)
100% CDI + 12,01%	(6.998)	(1.830)	(2.288)	(2.745)
_	(126.528)	(25.715)	(32.145)	(38.574)
Aplicações Financeiras / Indexador				
90% a 102,00% CDI	2.324	318	398	477
_	2.324	318	398	477
Exposição líquida	(124.204)	(25.397)	(31.747)	(38.097)
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	<u>-</u>		(6.350)	(12.700)

				Consolidado
Empréstimos	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	2015 Cenário remoto 50%
Indexador:				
TJLP + 7,00%	(564)	(79)	(99)	(119)
100% CDI + 6,17% a 10,93%	(14.495)	(3.289)	(4.111)	(4.934)
129% a 143% CDI	(34.837)	(6.699)	(8.374)	(10.049)
100% Selic + 4,00% a 4,50%	(49.630)	(9.122)	(11.403)	(13.683)
100% CDI + 4,28% a 10,36%	(49.656)	(10.552)	(13.190)	(15.828)
100% CDI + 4,031%	(9.320)	(1.693)	(2.116)	(2.540)
100% CDI + 12,01%	(13.921)	(3.640)	(4.550)	(5.460)
	(172.423)	(35.074)	(43.843)	(52.613)
Aplicações Financeiras / Indexador				
95% Selic	143	19	24	29
90% a 102,00% CDI	3.580	481	602	722
	3.723	500	626	751
Exposição líquida	(168.700)	(34.574)	(43.217)	(51.862)
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais			(8.643)	(17.288)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	152.833	102.614	229.860	211.953
(-) caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(3.732)	(2.532)	(4.239)	(3.453)
(-) Ativos Financeiros	(561)	(2.712)	(2.518)	(5.237)
A - Dívida líquida	148.540	97.370	223.103	203.263
Total do patrimônio líquido	199.150	292.282	220.151	317.672
B - Capital e dívida líquida	347.690	389.652	443.254	520.935
A/B Quociente de alavancagem	42,72%	24,99%	50,33%	39,02%

(g) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

			C	ontroladora				Consolidado
		2015		2014		2015		2014
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros								
Instrumentos financeiros								
derivativos	-	-	260	260	-	-	179	179
Passivos financeiros								
Empréstimos e								
financiamentos	(152.833)	(155.202)	(102.614)	(103.794)	(229.860)	(233.423)	(211.953)	(214.391)
Cessão de Recebíveis	(28.734)	(29.108)	(49.354)	(49.865)	(47.220)	(47.834)	(76.291)	(77.081)
	(181.567)	(184.310)	(151.708)	(153.399)	(277.080)	(281.257)	(288.065)	(291.293)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

5 Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	(Consolidado		
	2015	2014	2015	2014
Ativos				
Valor justo por meio de resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	-	260	-	179
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	48.796	66.562	84.299	122.009
Caixa e bancos	1.408	2.099	1.815	2.932
Aplicações de liquidez imediata	2.324	433	2.424	521
Ativos Financeiros	561	2.712	2.518	5.237
Depósito judicial	6.130	7.700	7.057	8.476
Títulos e certificados	-	3.764	-	3.764
Partes relacionadas	-	518	-	-
Outras contas a receber	180	61	181	70
	59.399	84.109	98.294	143.188
Passivos				
Valor justo por meio de resultado				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	152.833	102.614	229.860	211.953
Cessão de recebíveis	28.734	49.354	47.220	76.291
Fornecedores	47.461	26.676	34.763	22.675
Mútuo com controlada	-	30.815	-	-
Partes relacionadas	-	7.783	-	-
Outras contas a pagar	3.276	3.227	4.743	5.146
	232.304	220.469	316.586	316.065

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e contas correntes bancárias Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.408	2.099	1.815	2.932
Certificados de depósitos bancários - CDB	2.324	433	2.424	521
	3.732	2.532	4.239	3.453

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 90 a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

7 Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Numerário em moeda estrangeira	561	2.712	1.362	3.868
Fundo de investimento	-	-	1.156	1.049
Debêntures	-	-	-	320
	561	2.712	2.518	5.237

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial. Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI. As debêntures são operações compromissadas nos respectivos títulos que remuneram entre 100% a 100,75% do CDI.

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado
2015	2014	2015	2014
54.520	68.956	95.841	132.047
3.507	5.847	9.953	8.288
(9.231)	(8.241)	(21.495)	(18.326)
48.796	66.562	84.299	122.009
	54.520 3.507 (9.231)	2015 2014 54.520 68.956 3.507 5.847 (9.231) (8.241)	2015 2014 2015 54.520 68.956 95.841 3.507 5.847 9.953 (9.231) (8.241) (21.495)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do contas a receber é como segue:

	Controladora			Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
A vencer	40.718	59.608	68.313	106.731	
Vencidos					
Até 30 dias	2.986	4.247	6.454	9.024	
Entre 31 e 60 dias	1.509	1.290	2.394	2.088	
Entre 61 e 90 dias	1.460	302	2.425	1.317	
Acima de 90 dias	11.354	9.356	26.208	21.175	
	58.027	74.803	105.794	140.335	

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Saldo no início do exercício	(8.241)	(7.881)	(18.326)	(18.460)
Adições (Nota 23)	(3.236)	(2.452)	(7.135)	(4.196)
Baixas líquidas de reversão	2.246	2.092	3.966	4.330
Saldo no final do exercício	(9.231)	(8.241)	(21.495)	(18.326)

Durante o exercício, a Companhia descontou recebíveis no valor contábil total de R\$ 12.095 (controladora) e R\$ 21.950 (consolidado) junto aos bancos, na modalidade *vendor* e R\$ 16.639 (controladora) e R\$ 25.270 (consolidado) na modalidade FIDC. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o banco poderá solicitar a Companhia o pagamento do saldo em aberto. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como empréstimo garantido *vendor*, e cessão de recebíveis FIDC, não efetuando a baixa dos títulos a receber.

9 Estoques

	Controladora			Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
Produtos acabados	28.243	39.109	39.721	60.876	
Produtos em processo	20.198	15.808	29.841	26.314	
Matérias-primas	3.936	8.319	8.145	12.017	
Materiais auxiliares	5.453	6.515	11.357	13.985	
Importações em andamento	9	355	219	558	
Provisão para perdas em estoque	(3.893)	(1.664)	(5.002)	(2.251)	
	53.946	68.442	84.281	111.499	

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Saldos no início do exercício	(1.664)	(1.503)	(2.251)	(2.678)
Incorporação Cedronorte	-	(116)	-	(116)
Adições	(2.380)	(151)	(3.076)	(649)
Reversão / baixas	151	106	325	1.192
Saldos no final do exercício	(3.893)	(1.664)	(5.002)	(2.251)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Co	ontroladora	Consolid	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
ICMS - aquisição de imobilizado	962	1.030	1.060	1.186
Impostos sobre vendas em trânsito	318	280	413	505
Pis e Cofins - créditos a recuperar - sobre insumos	203	365	466	588
Outros	192	227	377	714
	1.675	1.902	2.316	2.993
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	1.821	3.443	12.479	21.014
ICMS - aquisição de imobilizado	2.725	3.531	2.810	3.677
Outros	3.140	2.189	3.283	2.316
	7.686	9.163	18.572	27.007

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS - Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto 43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2015 totalizou R\$ 15.554 (R\$ 21.814 em 2014) e foi registrado no resultado do exercício na rubrica contábil "Deduções de vendas".

A Administração tem adotado as seguintes medidas para evitar o aumento do saldo e possibilitar a realização dos créditos existentes: aquisição de insumos com ICMS diferido; transferência de créditos para terceiros e aquisição de bens de capital, em operações internas. Acordos firmados com fornecedores e regime especial aprovado foram utilizados em 2014 sendo R\$ 6.858 de ICMS utilizado para aquisição de bens de capital; Em 2015 foram utilizados R\$ 6.737 em transferência para terceiros, dentro do Programa Regularize, com base no Decreto 46.817/2015.

Em dezembro de 2012, foi publicada a Lei nº 20.540, regulamentada pelo decreto nº 46.131, de 9 de janeiro de 2013, que acrescentou o art. 75-A ao Regulamento do ICMS, o qual limitou a apropriação do crédito presumido de ICMS. Em maio 2013, foi publicada a Resolução 4.547, estabelecendo procedimentos relativo a apuração do crédito presumido do ICMS no trimestre, ficando vedada a apropriação do que exceder ao valor do débito no respectivo período ou a sua transferência para os períodos subsequentes.

11 Partes relacionadas – controladora

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas são remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spread* de 2%, com vigência para 360 dias, podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira - ABC ("ABC") e Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo as despesas e contribuições:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	-	-	Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contribuições a ABC	39	229	62	384
Associação Cedro e Cachoeira	170	423	267	641
	209	652	329	1.025

A Companhia e controladas mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da Administração, adquirindo serviços advocatícios. Os preços dos serviços são acordados entre as partes, sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

		Controladora	Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
Serviços Advocatícios	116	87	173	181	

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	(Cia. de Fiação		Cedro		Mineração
_	e Tecidos S	Santo Antônio	Gestão de Ativos Ltda.			Cedrense
Saldos	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contas a receber	639	752	-	-	140	138
Fornecedores	(27.813)	(12.469)	(1.866)	(2.088)	-	-
Mútuo ativo (passivo)	-	(30.815)	-	-	-	-
Conta Corrente Líquida	-	(7.265)	-	-	-	-
	(Cia. de Fiação		Cedro		
_	e Tecidos S	Santo Antônio	Gestão de	Ativos Ltda.		
Transações	2015	2014	2015	2014		
Compras	(28.679)	(117.523)	-	-		
Vendas	25.933	77.158	-	-		
Despesas financeiras	(2.359)	(2.694)	-	-		
Serviços de locação de Imóveis	- -	-	(2.240)	(2.088)		

12 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

		Controladora	Consolidad		
	2015	2014	2015	2014	
Remuneração do conselho e diretoria	2.331	3.197	3.906	4.038	
	2.331	3.197	3.906	4.038	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Títulos e certificados

Em 15 de agosto de 2012, a Justiça Federal expediu sentença definitiva favorável à Companhia, tendo como objeto o ressarcimento de incentivo fiscal do IPI, Crédito-Prêmio do IPI - Fase II (de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985) com emissão de precatório, liquidado em 13 de fevereiro de 2015 pelo valor de R\$ 4.302. A Administração da Companhia aguarda procedimentos do advogado patrocinador da ação para recorrer do montante depositado, uma vez que o valor diverge da atualização do título conforme informação preliminar da contadoria da União Federal.

14 Investimentos em controladas

Cia. de Fiação e Tecidos Cedronorte - Incorporada pela Cedro em 31 de março de 2014 (nota 1 - Reestruturação societária)

Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2019.

Cedro Gestão de Ativos S/A - Em 26 de novembro de 2013 a Cedro e a Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio constituíram a sociedade empresária limitada Cedro Gestão de Ativos, transformada em sociedade de anônimo de capital fechado em 28 de março de 2014. A Companhia possui 28.100 quotas e sua controlada Santo Antônio possui 20 quotas.

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Cedronorte	Santo Antônio		Cedro G		ro Gestão	estão	
	31/03/2014	2015		2014	_	2015	2014	
Milhares de ações possuídas pela Companhia								
Ordinárias - sem valor nominal	4.195	610.920		610.920		_	_	
Preferenciais - sem valor nominal	5.805	243.440		243.440		_	_	
Quotas - valor nominal R\$ 1.000,00	-	-		-		28.161	28.161	
Participação da Companhia								
No capital social integralizado	100,00%	85,4348%		85,435%		99,93%	99,93%	
No capital votante	100,00%	100,00%		100,00%		99,93%	99,93%	
Patrimônio líquido	58.479	144.188		174.321		19.586	18.050	
Patrimônio incorporado pela Cedro e Cachoeira								
em 31 de março de 2014	(58.479)	-		-		-	-	
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>)	_	(340)	(3)	(98)		_	_	
Patrimônio Líquido ajustado	_	143.848	()	174.223		19.586	18.050	
Lucros não realizados em operações descendentes		(70)	(3)	(100)				
(Downstream) Dividendos recebidos	-	(79)	(3)	(106)		(690)	-	
Dividendos recebidos	-	-		-		(090)	-	
Saldo do investimento	-	122.817		148.741		18.882	18.037	
Lucro (prejuízo) líquido do período/exercício	1.304(4)	(30.133)		(5.302)	(1)	1.536	1.497	(2)
Lucros não realizados - venda para a controladora	11	(242)		528		-	-	
		(20.255)	(4)					
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	1.315	(30.375)	(3)	(4.774)		1.536	1.497	
Equivalência total	1.315	(25.951)	-	(4.079)	_	1.535	1.496	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Corresponde ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014.
- (2) Corresponde ao mês de dezembro de 2014.
- (3) Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.
- (4) Corresponde ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2014.

Movimentação dos investimentos

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Gestão de Ativos S/A	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	57.164	152.926	17.534	227.624
Patrimônio Incorporado pela Cedro	(58.479)	-	-	(58.479)
Reversão de dividendos 2013	-	-	62	62
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	-	(106)	-	(106)
Dividendos recebidos	-	-	(1.055)	(1.055)
Equivalência patrimonial	1.315	(4.079)	1.496	(1.268)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u> _	148.741	18.037	166.778
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	-	27	-	27
Dividendos recebidos	-	-	(690)	(690)
Equivalência patrimonial		(25.951)	1.535	(24.416)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		122.817	18.882	141.699

Composição dos investimentos

	2015	2014
Equivalência patrimonial	152.265	177.344
Provisão para desvalorização de investimento	(10.566)	(10.566)
Ágio	835	835
Saldos	142.534	167.613

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de não controladores encerradas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão assim apresentados:

Balanço Patrimonial em	2015	2014
Participação da Controladora	85,44%	85,44%
Ativo Circulante	98.077	125.219
Ativo Não Circulante	170.873	213.906
Passivo Circulante	63.404	101.536
Passivo Não Circulante	61.358	63.268
Patrimônio Líquido	144.188	174.321
Demonstração de Resultado em:	2015	2014
Receita Líquida de Vendas	187.828	327.833
Lucro Bruto	(321)	22.735
Despesas Operacionais	(24.951)	(21.586)
Resultado Financeiro	(11.364)	(7.493)

15 Propriedades para investimento

IRPJ/CSLL

Prejuízo Líquido

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$ 2.850. Para avaliação do imóvel em atendimento a Lei nº 11.638/2007, CPC nº 28 "Propriedade para Investimentos" e IAS 40, foi contratada a empresa APC - Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda., CNPJ 01.447.086/0001-68, registro no CREA 20.944/96 e registro no IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias) nº 472, especialista no campo de avaliações de bens móveis e imóveis em geral.

6.503

(30.133)

1.042

(5.302)

O método adotado pela APC para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

						Controladora
-	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2013	67.078	174.151	13,232	38.869	15.879	309.209
Adições	7	168	51	-	10.093	10.319
Alienações e baixas	(46)	(5.741)	(6.449)	(5)	-	(12.241)
Incorporação Cedronorte	24.766	58.961	408	4.814	9.273	98.222
Transferências	4.209	11.506	12.234	-	(27.949)	-
Em 31 de dezembro de 2014	96.014	239.045	19.476	43.678	7.296	405.509
Adições	5	247	3	_	2.107	2.362
Crédito de imposto extemporâneo	-	(7)	-	-	-	(7)
Alienações e baixas	(2.093)	(10.907)	(100)	(150)	-	(13.250)
Transferências	152	5.916	204	-	(6.272)	-
Em 31 de dezembro de 2015	94.078	234,294	19.583	43.528	3.131	394.614
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2013	(25.003)	(119.898)	(6.530)		-	(151.431)
Depreciação	(2.264)	(5.528)	(2.395)		-	(10.187)
Incorporação Cedronorte	(7.760)	(31.742)	(276)	-	-	(39.778)
Alienações e baixas	9	5.208	1.520	-	-	6.737
Em 31 de dezembro de 2014	(35.018)	(151.960)	(7.681)		-	(194.659)
Depreciação	(2.521)	(6.315)	(2.159)		-	(10.995)
Alienações e baixas	886	9.164	97	-	-	10.147
Em 31 de dezembro de 2015	(36.653)	(149.111)	(9.743)			(195.507)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2015	57.425	85.183	9.840	43.528	3.131	199.107
Em 31 de dezembro de 2014	60.996	87.085	11.795	43.678	7.296	210.850

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação Em 31 de dezembro de 2013	167.967	391.755	16.423	61.631	34.675	672.451
Adições	12	884	310	150	32.400	33.756
Alienações e baixas	(46)	(8.938)	(6.453)	(442)	-	(15.879)
Transferências	4.491	42.137	12.234	-	(58.862)	-
Em 31 de dezembro de 2014	172.424	425.838	22.514	61.339	8.213	690.328
Adições	5	56	4		3.668	3.733
Crédito de imposto extemporâneo	-	(1.006)	-	-	-	(1.006)
Alienações e baixas	(2.093)	(12.098)	(130)	(150)	-	(14.471)
Transferências	231	7.299	281		(7.811)	
Em 31 de dezembro de 2015	170.567	420.089	22.669	61.189	4.070	678.584
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2013	(46.828)	(236.282)	(7.735)		-	(290.845)
Depreciação	(3.858)	(9.650)	(2.718)		-	(16.226)
Alienações e baixas	9	8.329	1.523	-	-	9.861
Em 31 de dezembro de 2014	(50.677)	(237.603)	(8.930)		-	(297.210)
Depreciação	(4.000)	(10.918)	(2.451)		-	(17.369)
Alienações e baixas	886	10.297	122	-	-	11.305
Em 31 de dezembro de 2015	(53.791)	(238.224)	(11.259)		-	(303.274)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2015	116.776	181.865	11.410	61.189	4.070	375.310
Em 31 de dezembro de 2014	121.747	188.235	13.584	61.339	8.213	393.118

Custos de empréstimo capitalizados

Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem a repotenciação da Usina Pacífico Mascarenhas e melhoria no acionamento da multi-caixa. Para conclusão desses projetos a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados R\$ 108 (R\$ 721 em 2014), na controladora e R\$ 196 (R\$ 2.141 em 2014) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,51% a.m, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Historicamente, a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, quando o valor residual dos itens do imobilizado é considerado próximo de zero.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Taxa anual de deprecia		
Itens do imobilizado	2015	2014	
Edificações e benfeitorias	3,35%	3,18%	
Veículos, móveis e utensílios	19,61%	24,38%	
Máquinas, equipamentos e instalações	5,90%	5,62%	

17 Intangível

Controladora	Consolidado
Controladora	Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		_	_		_	_	
				Vida útil	***		
		útil definida		indefinida		útil definida	
~ .	Marcas e	Softwares	m . 1	٠.	Marcas e	Softwares	
Custo	patentes	e licenças	Total	Agio	patentes	e licenças	Total
Em 31 de dezembro de 2013	843	9.474	10.317	1.592	2.142	13.899	17.633
Adições	-	514	514		-	514	514
Incorporação Cedronorte	490	415	905	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.333	10.403	11.736	1.592	2.142	14.413	18.147
Adições		684	684			684	684
Em 31 de dezembro de 2015	1.333	11.087	12.420	1.592	2.142	15.097	18.831
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2013	(606)	(7.894)	(8.500)	(758)	(1.742)	(12.318)	(14.818)
Amortização	(172)	(729)	(901)		(264)	(730)	(994)
Incorporação Cedronorte	(441)	(414)	(855)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	(1.219)	(9.037)	(10.256)	(758)	(2.006)	(13.048)	(15.812)
Amortização	(8)	(353)	(361)		(28)	(352)	(380)
Em 31 de dezembro de 2015	(1.227)	(9.390)	(10.617)	(758)	(2.034)	(13.400)	(16.192)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2015	106	1.697	1.803	834	108	1.697	2.639
Em 31 de dezembro de 2014	114	1.366	1.480	834	136	1.365	2.335

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

	Controladora
2015	2014

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidades	Moeda/	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Circulante	Não Cinculanto	Circulante	Não Circulonto
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	indexador R\$	2020	(%) TJLP + 7,00%	6	Circulante 17	124	Circulante 22
Contrato de Abertura de Crédito Fixo - Cap. Giro - TJLP	R\$	2015	TJLP + 3,00%	-	-	3.495	-
Proim / Proinvest	IPCA	2015	6,00%	-	_	799	_
Cédula de Crédito Industrial - Finame Res 635 (3)	R\$	2015	Tx. Res 635 + 2,8%	-	-	18	-
Cédula de Crédito Industrial – FNE (1)	R\$	2021(*)	8,24% a 9,78%	-	-	1.281	1.897
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI (2)	R\$	2023	2,50% a 5,50%	1.968	7.363	1.875	9.288
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2018	100% CDI + 6,17% a 10,93%	4.891	9.604	9.144	11.333
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2016(*)	12,90%	-	-	1.762	1.167
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2019	129% a 143% CDI	19.670	15.167	-	_
Cédula de Crédito Industrial - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 4,031%	80	7.492	4.609	4.177
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% Selic + 4,00% a 4,50%	5.870	21.486	10.586	11.931
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2018	100% CDI + 4,28% a 10,36%	14.847	20.400	5.028	_
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2017	3,95%	11.278	2.811	6.388	9.562
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	US\$	2017(*)	1,86%	-	-	1.653	4.475
Antecipação de cessão de direitos créditorios	R\$	2016	16,07%	2.885	-	-	_
Conta Garantida	R\$	2015	100% CDI + 12,01%	6.998		2.000	
				68.493	84.340	48.762	53.852

^(*) Empréstimos liquidados em 2015 antecipadamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_							Consolidado
					2015		2014
Modalidades	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	144	420	265	559
Contrato de Abertura de Crédito Fixo - Cap. Giro - TJLP	R\$	2015	TJLP + 3,00%	-	-	6.482	-
Proim / Proinvest	IPCA	2015	6,00%	_	_	799	_
Cédula de Crédito Industrial - Finame Res 635 ⁽³⁾	R\$	2015	Tx. Res 635 + 2,8%	-	-	39	-
Cédula de Crédito Industrial - FNE ⁽¹⁾	R\$	2022	8,50%	809	20.383	4.921	24.053
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽²⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50%	3.587	13.186	3.258	16.710
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2018	100% CDI + 6,17% a 10,93%	4.891	9.604	20.762	14.056
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2016	100% CDI + 4,031%	99	9.221	3.525	2.333
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2019	129% a 139% do CDI	19.670	15.167	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Cap. Giro	R\$	2016	100% CDI + 3,30%	_	-	8.641	7.831
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% Selic + 4,00% a 4.50%	8.144	41.486	18.125	19.380
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2018	100% CDI + 4,28% a 10,36%	20.422	29.234	13.650	8.889
Cédula Rural Pignoratícia - Cap. Giro	R\$	2015	5,50%	_	_	5.136	_
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2017	3,95% a 8,50%	13.776	2.811	6.388	9.562
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	US\$	2017	1,86%	-	-	1.653	4.475
Antecipação de cessão de direitos creditórios	R\$	2016	16,07%	2.885	-	-	-
Conta Garantida	R\$	2015	100% CDI + 12,01%	13.921	-	10.461	-
				88.348	141.512	104.105	107.848

⁽¹⁾ FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 e 2014, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
2016	-	42.366	-	74.052
2017	48.989	11.865	70.093	22.371
2018	39.771	2.147	62.225	10.168
2019	16.575	2.060	37.075	9.084
2020 a 2023	8.336	1.550	24.452	5.533
	113.671	59.988	193.845	121.208

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 28.151 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 42.145 em 2014). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 180.625 (R\$ 169.424 em 2014).

⁽²⁾ PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

⁽³) Resolução 635 - regulamenta os financiamentos do BNDES realizados a partir de recursos captados em moeda estrangeira, sem vinculação a repasses em condições específicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

					Controladora
	2014	Adições	Baixas	Atualizações	2015
Tributárias:					
IOF	14	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.087	47	-	-	1.134
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	3.497	47	-	-	3.544
Trabalhistas	105	168	(53)	24	244
Total das provisões para riscos	3.602	215	(53)	24	3.788
Depósitos judiciais	(3.217)	(56)	21	(53)	(3.305)
	385	159	(32)	(29)	483

					Consonuado
	2014	Adições	Baixas	Atualizações	2015
Tributárias:					
IOF	14	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.744	93	-	-	1.837
Multa Setor Aduaneiro	577	50	-	-	627
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396			<u> </u>	2.396
	4.731	143	_	-	4.874
Trabalhistas	350	221	(56)	90	605
Total das provisões para riscos	5.081	364	(56)	90	5.479
Depósitos judiciais	(3.993)	(151)	21	(109)	(4.232)
	1.088	213	(35)	(19)	1.247

Concolidado

PIS e Cofins

Valores sobre a exclusão do ICMS de vendas da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. A ação continua em andamento, porém a partir de dezembro de 2006 a Administração da Companhia decidiu recolher as contribuições pelo valor integral.

Contribuição Social

Orientada pelos seus consultores jurídicos na interpretação da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV, a Companhia registrou a atualização dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para fazer o abatimento da contribuição devida. Diante de pronunciamento da Receita Federal do Brasil contrário a atualização dos depósitos, a Companhia decidiu pelo registro da provisão e aguarda o momento da consolidação dos débitos para analisar as medidas judiciais cabíveis no sentido de obter a compensação dos depósitos atualizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 15.655 na controladora (R\$ 17.837 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 853 na controladora (R\$ 2.269 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista, indenizatórias. Ações de natureza fiscal montam em R\$ 11.859 na controladora (R\$ 12.582 no consolidado), sendo que no consolidado R\$ 3.793 refere-se a encargos sobre participação nos lucros dos administradores e seguro de vida em grupo. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 2.943 na controladora (R\$ 2.986 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

20 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

22 Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

		Controladora	Consolid		
	2015	2014	2015	2014	
Receita bruta					
Vendas mercado interno	298.224	461.438	457.686	664.559	
Vendas mercado externo	8.145	11.007	21.489	16.675	
	306.369	472.445	479.175	681.234	
Deduções de vendas					
ICMS, PIS, COFINS e INSS	(50.761)	(80.053)	(74.179)	(108.599)	
Devoluções e abatimentos	(3.724)	(3.975)	(8.561)	(8.662)	
Receita líquida	251.884	388.417	396.435	563.973	

23 Despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Salários, incluindo custo de rescisões	40.778	45.088	68.856	77.725
Participações dos empregados	-	-	-	-
Benefícios	13.077	13.552	22.916	24.319
Custos previdenciários e FGTS	7.045	7.661	11.933	13.455
Matéria-prima e materiais de consumo	126.168	205.788	199.936	273.228
Energia elétrica	18.697	22.594	30.806	36.684
Combustíveis	10.607	16.327	15.567	23.710
Manutenções/ serviços de terceiros	10.563	13.209	15.490	19.422
Depreciações e amortizações (Notas 16 e 17)	11.356	11.088	17.749	17.220
Comissões	5.136	7.329	8.630	12.294
Fretes	8.310	13.497	14.240	22.446
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
(Nota 8)	3.236	2.452	7.135	4.196
Outras despesas	15.831	17.885	20.907	25.028
	270.804	376.470	434.165	549.727
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	229.549	331.926	367.159	478.636
Custo de ociosidade	7.095	2.982	12.712	5.971
Despesas comerciais	20.507	26.958	35.908	44.896
Despesas gerais e administrativas	13.653	14.604	18.386	20.224
	270.804	376.470	434.165	549.727

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Outras receitas (despesas) líquidas

		Controladora		Consolidado
Outras Receitas	2015	2014	2015	2014
Venda de energia elétrica	6.840	4.951	9.703	7.620
Receita na venda de imobilizado	410	3.837	454	6.021
Reversão de provisões	722	191	899	1.149
Outras receitas	1.898	464	3.182	893
	9.870	9.443	14.238	15.683
Outras Despesas				
Provisão para perdas	(3.015)	(556)	(4.021)	(1.298)
Despesas tributárias	(3.834)	(3.249)	(5.556)	(4.549)
Indenizações Trabalhistas (*)	(4.029)	-	(5.657)	-
Custos na baixa de imobilizado	(3.103)	(5.504)	(3.166)	(6.018)
Custo com energia	(8.035)	(845)	(10.803)	(1.147)
Outras despesas	(957)	(225)	(1.542)	(225)
	(22.973)	(10.379)	(30.745)	(13.237)
	(13.103)	(936)	(16.507)	2.446

^(*) Despesa em volume considerado não recorrente – adequação de pessoal de produção para situação atual de mercado.

25 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
Receitas financeiras					
Descontos ativos	546	111	917	160	
Receita de aplicações financeiras	273	182	504	302	
Juros recebidos de clientes	1.606	1.469	2.872	2.214	
Atualização de Depósitos Judiciais e do Precatório	309	612	330	1.105	
Outras receitas financeiras	178	138	330	241	
	2.912	2.512	4.953	4.022	
Variações cambiais					
Resultado com instrumentos derivativos	2.172	6.411	2.252	6.417	
Variações cambiais ativas	7.166	7.606	11.539	9.399	
	9.338	14.017	13.791	15.816	
	12.250	16.529	18.744	19.838	
Despesas financeiras					
Despesas financeiras - controladas	(2.359)	(2.694)	-	-	
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(2.717)	(2.824)	(3.775)	(4.363)	
Juros e encargos sobre financiamentos	(20.158)	(11.041)	(32.601)	(21.030)	
Cessão de recebíveis	(886)	-	(1.499)	-	
Descontos concedidos	(100)	(102)	(2.513)	(166)	
Outras despesas financeiras	(1.760)	(2.302)	(2.571)	(2.784)	
	(27.980)	(18.963)	(42.959)	(28.343)	
Variações cambiais					
Resultado com instrumentos derivativos	(838)	(7.572)	(988)	(7.670)	
Variações cambiais passivas	(14.806)	(8.790)	(17.500)	(10.099)	
	(15.644)	(16.362)	(18.488)	(17.769)	
	(43.624)	(35.325)	(61.447)	(46.112)	
	(21.25.1)	(10.70.5)	(42.505)	(2 < 27)	
	(31.374)	(18.796)	(42.703)	(26.274)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Imposto de renda e contribuição social

(a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está descrita a seguir:

			C	ontroladora
	Impos	to de renda		uição social
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo antes do imposto, contribuição social e participações	(90.144)	(12.250)	(90.144)	(12.250)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e				
da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da	25%	25%	9%	9%
legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:	22.536	3.063	8.113	1.103
Equivalência patrimonial	(6.104)	(317)	(2.197)	(114)
Outros	37	34	(39)	23
IR e CSLL ajustados	16.469	2.780	5.877	1.012
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador			<u> </u>	
	16.469	2.780	5.877	1.012
Constituição (reversão) de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(17.215)	(0.40)	(6.229)	(224)
Reversão de crédito tributário de exercício anterior	(17.215) (1.383)	(940)	(6.238) (498)	(224)
IR e CSLL efetivos	(2.129)	1.840	(859)	788
IN C COLL CICTION	(2:12)	1.0-10	(027)	700
Parcela corrente	(93)	7	(33)	(27)
Parcela diferida	(2.036)	1.833	(826)	815
	Impo	sto de renda		Consolidado uição social
	Impo: 2015	sto de renda 2014	Contrib 2015	
Prejuízo antes do imposto, contribuição social e participações			Contrib	uição social
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da	2015	2014	Contrib 2015	uição social 2014
	2015 (100.846)	(13.620)	Contrib 2015 (100.846)	2014 (13.620)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	2015 (100.846)	(13.620)	Contrib 2015 (100.846)	2014 (13.620)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:	2015 (100.846) 25%	2014 (13.620) 25%	2015 (100.846)	2014 (13.620) 9%
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	2015 (100.846) 25% 25.212	2014 (13.620) 25% 3.405	2015 (100.846)	2014 (13.620) 9%
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas	2015 (100.846) 25%	2014 (13.620) 25%	2015 (100.846)	2014 (13.620) 9%
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201)	2014 (13.620) 25% 3.405	2015 (100.846) 9% 9.076	1.226
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d))	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63	2015 (100.846) 9% 9.076	9% 1.226
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432 19.443	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2	9% 9.076 159 9.235	9% 1.226 - 147 1.373
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63	2015 (100.846) 9% 9.076	9% 1.226
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição (reversão) de crédito tributário não reconhecido	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432 19.443	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017	9% 9.076 159 9.235	9% 1.226
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432 19.443	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2	9% 9.076 159 9.235 9.235 (6.238)	9% 1.226 - 147 1.373
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição (reversão) de crédito tributário não reconhecido contabilmente	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432 19.443 	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017	9% 9.076 159 9.235	9% 1.226
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição (reversão) de crédito tributário não reconhecido contabilmente Reversão de crédito tributário de exercício anterior IR e CSLL efetivos	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432 19.443 	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017 (940)	Contrib 2015 (100.846) 9% 9.076 159 9.235 9.235 (6.238) (498) 2.499	9% 1.226 147 1.373 1.373 (224) 1.149
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição (reversão) de crédito tributário não reconhecido contabilmente Reversão de crédito tributário de exercício anterior	2015 (100.846) 25% 25.212 (6.201) 432 19.443 	2014 (13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017 (940)	9% 9.076 159 9.235 9.235 (6.238) (498)	9% 1.226

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Controladora	Consolidado
--------------	-------------

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Impos	sto de renda	Contrib	Contribuição social Imposto de renda Contribu		Imposto de renda		Imposto de renda Contribuição social	
Ativo	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores Base negativa, prejuízo fiscal (compensado)	58.370	51.657	69.452	61.254	73.113	51.657	84.365	61.254	
no ano calendário Credito de exercícios	56.548	6.713	56.553	7.636	89.789	21.456	89.843	22.549	
anteriores Diferenças	-	-	-	562	-	-	-	562	
intertemporais	25.642	28.192	25.642	28.192	32.787	32.441	32.787	32.442	
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	140.560	86.562	151.647	97.644	195.689	105.554	206.995	116.807	
Alíquotas (i)	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	
Crédito tributário	35.140	21.492	13.648	8.788	39.628	23.038	18.630	10.513	
Crédito tributário não reconhecido									
contabilmente (ii)	(26.425)	(9.699)	(10.302)	(4.241)	(26.299)	(9.699)	(10.162)	(4.241)	
	8.715	11.793	3.346	4.547	13.329	13.339	8.468	6.272	
Passivo diferido Líquido	(25.196) (16.481)	(26.238) (14.445)	(9.769) (6.423)	(10.144) (5 .597)	(32.463) (19.134)	(33.511) (20.172)	(14.328) (5.860)	(14.710) (8.438)	

- (i) As taxas efetivas de imposto de renda das controladas são 1,52% para Cedronorte e 8,14% para Santo Antônio em 2015 (1,52% e 8,14% em 2014, respectivamente). Conforme mencionado na nota 1, em março de 2014 a Cedronorte foi incorporada pela Cedro e Cachoeira, sendo o seu benefício fiscal absorvido pela mesma. Desta forma, a Companhia, também passou a apresentar alíquota efetiva variando entre 1,52% e 25%.
- (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2024, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	C	ontroladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
2018	1.178	924	1.576	1.762	
2019	1.682	565	2.431	777	
2020 a 2024	9.201	14.851	17.790	17.072	
	12.061	16.340	21.797	19.611	

(c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo:

_		Controladora		Consolidado
_		- '-		Contribuição
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo no início do exercício Saldo incorporação Cedronorte	112.717	90.632 16.893	112.717	90.632 16.893	163.445	149.911 -	163.445	149.911 -
Realização do custo atribuído ao imobilizado Diferença depreciação contábil x	(4.168)	(2.707)	(4.168)	(2.707)	(4.243)	(3.096)	(4.243)	(3.096)
fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011) Base	108.549	7.899 112.717	108.549	7.899 112.717	159.202	16.630 163.445	159.202	16.630 163.445
Alíquotas (i)	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	25.196	26.238	9.769	10.144	32.463	33.511	14.328	14.710

(i) A taxa efetiva de imposto de renda da controlada Santo Antônio é 8,14% em 2015 (1,52% para Cedronorte e 8,14% para Santo Antônio em 2014). Conforme mencionado na nota 1, em março de 2014 a Cedronorte foi incorporada pela Cedro, sendo o seu benefício fiscal absorvido pela mesma. Desta forma, a Companhia, também passou a apresentar alíquota efetiva variando entre 1,52% e 25%.

(d) Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de isenção de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano-calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011.
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano-calendário de 2014 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 216/2014 e Despacho Decisório nº 817 DRF/BHE.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pela no Art. 30. da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Neste sentido, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$12.345 de subvenção para investimentos a serem transferidos para a reserva de lucros.

27 Prejuízo por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para nos exercícios de 2015 e 2014 (em milhares, exceto valores por ação):

			2015			2014
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Prejuízo líquido do período	(53.150)	(39.982)	(93.132)	(5.491)	(4.131)	(9.622)

Denominador

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Prejuízo básico e diluído por ação	(9,31)	(9,31)	-	(0,96)	(0,96)	-

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

28 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totaliza na controladora - R\$ 39.256 (consolidado R\$ 69.795) (2014 - R\$ 72.607, consolidado R\$ 77.592).

29 Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Capitalização de juros de empréstimos	108	721	196	2.141
Aquisição de bens de capital com crédito de ICMS	-	-	-	6.858
Aquisição de ativos com financiamentos	-	-	-	1.858
Compensação de dividendos a receber contra saldo de mútuo a				
pagar de controlada	-	4.007	-	-
Crédito de PIS/COFINS sobre imobilizado	7	-	1.006	-

* * *

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aguinaldo Diniz Filho – Presidente
Gustavo Gonzaga de Oliveira - Vice-Presidente
Sergio Gilberto de Oliveira - Secretário
Cristiano Ratton Mascarenhas
Silvio Diniz Ferreira Júnior
André Maurício Miranda
Ricardo dos Santos Júnior
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Ricardo Cançado Dias
Marcelo de Moura Lara Resende
Marco Aurélio Coelho Vidal
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Júnior - Diretor Presidente Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores Fabiano Soares Nogueira - Diretor Industrial Luiz César Guimarães - Diretor Comercial Francisco Geraldo Batista Cavalcanti - Diretor de Operações Industriais

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4 Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1